

Empresários aceitam o sacrifício

Os empresários, mesmo os classificados de grandes e enquadrados no rol dos 3% penalizados pela antecipação de pagamento de Imposto de Renda, aceitam mais esse sacrifício imposto pelo novo pacote fiscal. Alguns reclamam, porém, da timidez nas medidas de cortes dos gastos públicos e condicionam o apoio ao "pacote" à concretização das promessas de redução de despesas. Todos estão tranquilos quanto à possibilidade de atingir o alvo principal de queda do déficit público, mas também estão temerosos de uma realimentação da inflação.

Na verdade, segundo Paulo Francini, diretor do departamento de Economia da Fiesp, o pacote afeta a inflação pelo lado do déficit público, mas o outro perigo que é o crescimento acelerado da demanda não foi tocado. "O risco persiste, mas a esperança também." Isso não é um contra-senso, em sua opinião, porque as medidas seguem a tese de crescimento econômico, cujo grande inimigo continua sendo a inflação, reforçando não estar sendo feita uma nova opção de prioridade. O combate à inflação fica, então, como consequência, mas os empresários temem pressões de dois lados: pela demanda, porque o IR beneficiará a maioria dos assalariados, liberando mais recursos para o consumo, e pelo preço, pois o aumento da carga será repassado. "Ninguém vai engolir o aumento como abatimento de lucro líquido", salienta Ricardo Semler, presidente da Semco.

Como as grandes empresas, mais afetadas, determinam os preços dos produtos e passam a fornecer com preços majorados e o CIP não tem condições técnicas de exercer controle rígido, haverá pressão sobre a inflação, segundo Semler, mas não um estouro. Ele acha, porém, que os recursos adicionais permitirão ao governo "tocar certos projetos", e, segundo Francini, "não dá para fazer programa de melhoria social e redução do déficit sem mexer em um equilíbrio anterior", mas ele não acredita em comprometimento da capacidade de investimentos das empresas.

O presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, lembrou, porém, que há muitas empresas com lucros superiores a Cr\$ 2 bilhões que não são grandes, mas médias; e a antecipação de declaração de IR poderá afetar seu capital de giro e prejudicar reinvestimento, argumentando que o limite mínimo deveria ser ampliado para cem mil ORTN. Essa também é a opinião de Roberto Caluby Vidigal, presidente da Abdir, que vê, no entanto, na taxação do mercado financeiro, uma forma de estimular os investimentos produtivos. Ambos elogiam também o caminho da privatização, mas se dizem céticos quanto a sua efetiva realização. O presidente da Fiesp acha po-

sitivo a descompressão das taxas de juros no mercado financeiro, mas o da Abdir lembra que a "democratização do capital nada mais é do que a alavancagem do capitalismo estatal, em que o governo toma capital mas mantém o controle".

Vidigal Filho deixou claro, entretanto, que é a "última vez em que aceito aumento de impostos para redução do déficit público", comentando que os percentuais de redução do déficit ainda não foram detalhados, mas incluiu-se entre os otimistas, como o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Fran-

ções do Rio, Arthur João Donato, e da Bahia, Orlando Moscozo, pela opção social e definição de política econômica.

Com o "pacote" o governo desestimula de maneira dura as aplicações no mercado financeiro e estimula o retorno ao investimento produtivo e aplicações na Bolsa de Valores, considera o auditor Antoninio Mariano Trevisan. Para ele, o "lado negro" do "pacote" fica com a parte relativa ao Imposto de Renda em que "as regras foram mudadas no meio do jogo" e parte das restituições só será devolvida até 1989.



Arquivo

Vidigal aponta risco para capital de giro das empresas

co, que vê o pacote com "esperança e confiança". Para ele, ficou clara a opção social e pela empresa privada como agente do desenvolvimento. Por isso, empresários, como o vice-presidente da Fiesp, Mário Amato, aceitam mais um sacrifício desde que haja controle do gasto público. Ricardo Semler lembra, porém, que o governo conta com artifícios para cobrir o déficit, acreditando na intenção mas não na coragem e força para promover cortes reais. "Mexer nas estatais é um vespeiro e ninguém quer se picado", acrescentou, considerando ainda uma temeridade pensar em eliminar com a pobreza em quatro anos.

Apesar de algumas restrições, a posição de presidentes de federações industriais reunidos ontem em Porto Alegre em reunião da CNI reflete apoio ao "pacote", principalmente ao taxar os ganhos de capital, como destaca o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luis Octavio Vieira. Elogios também vieram dos presidentes das federa-

"A agricultura não ficou assustada com o pacote." A definição é do presidente da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), Fábio Meirelles, ao classificar como "bom, no todo" o conjunto de medidas anunciamas ontem em Brasília. Para ele, "repudiar por repudiar não é a melhor solução", defendendo que a sociedade "fique atenta e procure sanar os aspectos negativos do pacote".

O presidente da Faesp, no entanto, não enumerou os pontos que considera "negativos", preferindo elogiar as linhas gerais do documento, destacando os capítulos destinados à privatização das estatais e "a moralização do poder público". Disse ainda que "o maior esforço" exigido das grandes empresas é inteiramente válido, desde que o governo não destrua a capacidade produtiva dessas empresas. De acordo com Fábio Meirelles, o setor agrícola não será prejudicado pelo "pacote", "mesmo porque 25% do que é produzido pelo setor já são consumidos por impostos".